

RESOLUÇÃO nº. 02/2003

“Dispõe sobre a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000”

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º, da Lei Complementar nº 11, de 18.12.91 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas) e,

Considerando o que dispõem os artigos 47 e 206 da Constituição Estadual;

Considerando a edição da Lei Complementar n.º 101, de 04.05.2000, a qual institui instrumentos de Transparência na Gestão Fiscal da Administração Pública, inclusive através de meios eletrônicos para ampla divulgação, atribuindo, além disso, aos Tribunais de Contas a competência para a fiscalização do seu cumprimento;

RESOLVE:

TÍTULO I

**Do encaminhamento, da forma, do prazo,
do recebimento e do processamento das
informações em meio informatizado
e em meio físico (papel)**

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Art. 1º - O Poder Executivo Estadual encaminhará ao Tribunal de Contas, até o quinto dia após o encerramento do prazo previsto no § 3º do artigo

165 da Constituição Federal, com o respectivo comprovante da publicação, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, elaborado conforme modelos padronizados pelo Conselho Nacional de Gestão Fiscal, ou, na falta deste, pelo órgão central de contabilidade da União, tal qual determina o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo Único. Acompanharão o Relatório Resumido de Execução Orçamentária relativos ao 1º bimestre, os demonstrativos da Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso e das Metas Bimestrais de Arrecadação, de acordo com os art. 8º e 13 da LC nº 101/00.

Art. 2º - O Relatório de Gestão Fiscal a ser emitido pelos titulares dos Poderes do Estado e do Ministério Público de acordo com modelos padronizados pelo Conselho Nacional de Gestão Fiscal, ou, na falta deste, pelo órgão central de contabilidade da União, tal qual determina o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101/00, será encaminhado ao Tribunal de Contas até o 5º (quinto) dia do segundo mês subsequente ao encerramento do quadrimestre.

Parágrafo Único. O Relatório de Gestão Fiscal a ser emitido pelo Tribunal de Contas será publicado no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento do quadrimestre, protocolizado e instruído pela unidade técnica responsável para posterior envio ao Conselheiro Relator das Contas.

Art. 3º- Verificada a ocorrência, nos relatórios de execução orçamentária e/ou de gestão fiscal, de qualquer das hipóteses previstas no § 1º do artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, a Inspeção Seccional de Análise de Registro de Receita e Despesa da Administração Pública Estadual fará consignar nos autos, a necessidade de expedição de “Alerta” aos jurisdicionados, devolvendo o processo ao Relator para que adote as providências, nos termos do dispositivo legal acima mencionado.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 4º - A remessa, através de meio informatizado, dos dados referentes à gestão fiscal deverá ser efetuada ao Tribunal de Contas, via Sistema LRF Cidadão [Captação Município], considerando-se os seguintes procedimentos:

I - a forma de envio dos dados dar-se-á por meio magnético (disquete ou CD-ROM) ou transmissão de dados através da Internet;

II – os responsáveis pelo Poder Legislativo e pelas Entidades da Administração Indireta, deverão preencher os campos presentes nas janelas do Sistema LRF Cidadão [Captação Município] do respectivo bimestre e encaminhar à Prefeitura Municipal até o dia 15 do mês subsequente ao encerramento do bimestre.

III - o encaminhamento dos dados ou informações do Poder Legislativo e da Administração Direta e Indireta do Município será realizado pela Prefeitura Municipal, sem prejuízo das responsabilidades individuais aplicáveis aos dirigentes de entidades cuja administração é realizada de forma descentralizada;

IV - no que se refere à Administração Indireta, estão abrangidos os Fundos Previdenciários, as Fundações de Direito Público, as Autarquias Municipais e as empresas Estatais Dependentes.

V - o Poder Executivo Municipal encaminhará até o quinto dia após o encerramento do prazo para publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, previsto no § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, os dados via Sistema LRF Cidadão [Captação Município], ao Tribunal de Contas, na forma do inciso I deste artigo;

VI - os dados, enviados na forma do inciso I deste artigo, serão submetidos a protocolo eletrônico de entrega, consoante os procedimentos descritos no Manual Técnico do Sistema LRF Cidadão [Captação Município], e os comprovantes de entrega estarão disponíveis na Internet, para posterior verificação pelo interessado, no site do Tribunal de Contas: <http://www.tce.mt.gov.br>;

Art. 5º - Serão disponibilizados, gratuitamente, pelo Tribunal de Contas aos órgãos municipais fiscalizados, o programa informatizado doravante

denominado Sistema LRF Cidadão [Captação Município], o Manual Técnico e todas as informações para a sua operação.

§ 1º - As atualizações do Sistema LRF Cidadão [Captação Município] serão divulgadas em destaque no portal eletrônico, considerando-se desta forma cientificados os entes jurisdicionados sobre as alterações ocorridas em sua estrutura e mecanismos operacionais.

§ 2º - Os dados deverão ser gerados pelo sistema LRF Cidadão [Captação Município] e enviados pela Internet, com opção presente no próprio sistema, ou gravado em mídia magnética (disquete ou CD-ROM) para serem enviados bimestralmente ao Tribunal de Contas.

§ 3º - O arquivo em mídia magnética, gerado na forma do inciso anterior, deverá ser entregue no Núcleo de Protocolo do Tribunal de Contas, que adotará, por ocasião do recebimento, o mesmo procedimento do envio pela Internet.

§ 4º - Caso a validação do arquivo recebido conforme o inciso anterior não obtenha êxito em razão de algum problema existente no mesmo, este será devolvido ao remetente para que sejam procedidas as correções necessárias na geração do respectivo arquivo, o qual deverá ser novamente encaminhado ao Tribunal de Contas, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do vencimento dos prazos de que tratam o art. 1º e o inciso V do art. 4º, ambos desta resolução.

§ 5º - As situações que não se enquadrem nas hipóteses referidas nos incisos anteriores deverão ser levadas ao conhecimento da Inspeção Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas para as providências cabíveis.

Art. 6º - Os dados somente serão considerados recebidos pelo Tribunal de Contas quando cumprida, na íntegra, a recepção e o protocolo digital dos mesmos, os quais serão disponibilizados no site do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º A publicação das informações recebidas ficará sob responsabilidade do Departamento de Informática, a quem competirá adotar todos os procedimentos necessários para a sua guarda, segurança e integridade.

§ 2º Para fins de publicação das informações, enquanto não auditadas regularmente pelo Tribunal de Contas, constará obrigatoriamente o seguinte texto “Não auditado”.

Art. 7º - Mediante requerimento do jurisdicionado, com a devida exposição de motivos, poderão ser admitidas, após deferimento do Conselheiro Relator, retificações nas informações recebidas e geradas pelo Sistema LRF Cidadão [Captação Município], devendo ser enviadas no prazo de 15(quinze) dias, contados da ciência da autorização.

Art. 8º Para fins de publicidade, o sistema disponibilizará os demonstrativos do Relatório de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, conforme modelos padronizados pelo Conselho Nacional de Gestão Fiscal, ou na falta deste, pelo órgão central de contabilidade da União, tal qual determina o artigo 50 § 2º da Lei Complementar n.º 101/00.

TÍTULO II

DA HABILITAÇÃO DO SISTEMA, DOS DADOS A SEREM RECEBIDOS E DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Art. 9º - Cada unidade gestora do Município receberá, através de Ofício, um número de identificação que corresponde à chave de instalação para habilitação e, por conseguinte, operacionalização do sistema.

Art. 10 - As informações necessárias para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão obtidas através do preenchimento dos campos presentes nas janelas do referido Sistema LRF Cidadão [Captação Município], cujas definições e descrições encontram-se definidas no Manual Técnico.

Art. 11 - A instrução técnica dos processos relativos à Gestão Fiscal será feita pela Inspetoria Seccional de Fiscalização da Receita e Despesa da Administração Pública Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de seu

recebimento, através do Módulo Análise do Sistema LRF Cidadão, fazendo constar que as informações estão sujeitas à confirmação “in loco”.

Parágrafo Único. O Módulo Análise do Sistema LRF Cidadão compreende a apuração dos limites exigidos pela Lei Complementar n.º 101/00, os quais foram denominados de Pontos de Controle, e o acompanhamento do desempenho da gestão pública municipal, aferida por Indicadores de Desempenho.

Art. 12 – Verificada a ocorrência, nos relatórios de execução orçamentária e/ou de gestão fiscal, de qualquer das hipóteses previstas no § 1º do artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, a Inspeção Seccional de Análise de Registro de Receita e Despesa da Administração Pública Municipal ou a Coordenadoria de Auditoria, dependendo do caso, farão consignar nos autos, a necessidade de expedição de “Alerta” aos jurisdicionados, devolvendo o processo ao Relator para que adote as providências, nos termos do dispositivo legal acima mencionado.

Art. 13 – A conclusão técnica definitiva sobre a prestação de contas de que trata o artigo 56 da Lei Complementar nº 101/2000, será levada em consideração na elaboração do Parecer Prévio sobre as respectivas contas, conforme previsto na Seção V da mesma Lei Complementar.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - As informações e os dados referentes ao Sistema LRF Cidadão [Captação Município] constituirão instrumentos de transparência da gestão fiscal da Administração Municipal, podendo ser divulgados no site do Tribunal de Contas.

§ 1º A exatidão dos relatórios e demonstrativos, emitidos através do Sistema LRF Cidadão, é de estrita responsabilidade das administrações municipais, a quem compete garantir a fidelidade dos registros contábeis e sua precisão para fins de publicidade.

§ 2º O não envio dos dados e das informações relativas ao Sistema LRF Cidadão [CAPTAÇÃO MUNICÍPIO] no prazo estabelecido nesta Resolução impedirá o Município de receber Certidão Negativa deste Tribunal, enquanto perdurar a pendência.

§ 3º Enquanto os dados do bimestre não forem remetidos ao Tribunal constará na página de divulgação a seguinte mensagem: “Não Recebido!”.

Art. 15 - Expirado o prazo para encaminhamento dos Relatórios mencionados nesta Resolução sem que os mesmos tenham sido remetidos a este Tribunal, as unidades técnicas responsáveis emitirão informação nos autos do respectivo processo, com a demonstração do descumprimento da norma legal por parte do Poder/órgão, e promoverá seu encaminhamento ao relator das contas para as providências cabíveis.

Art. 16 - Os responsáveis pelos Poderes e órgãos mencionados no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000 que não encaminharem o Relatório de Gestão Fiscal nos prazo estabelecidos nesta Resolução, estarão sujeitos à multa de 30 (trinta) por cento dos vencimentos anuais do agente que der causa à inadimplência, nos termos do inciso I e § 1º, ambos do artigo 5º da Lei Federal nº 10.028 de 19 de outubro de 2000.

Art. 17 - Fica aprovado o Manual Técnico do Sistema LRF Cidadão, anexo a esta Resolução, o qual será disponibilizado gratuitamente aos órgãos jurisdicionados.

Art. 18 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Resoluções nº 001/2001, de 21.08.2001, e nº 03/2002, de 10.12.2002, e a Instrução Normativa n.º 002/2000, de 08.08.2000.

Art. 19 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado no D.O.E. DE 26/03/2003